



Brasil Império como revolução passiva: uma análise gramsciana da formação, consolidação e desagregação do Estado

The Brazilian Empire as a passive revolution: a Gramscian analysis of the formation, consolidation, and disintegration of the State

El Imperio brasileño como revolución pasiva: un análisis gramsciano de la formación, consolidación y desintegración del Estado

 Renato de Brito Gomes E-mail: renatobritogomes@gmail.com



Resumo: O artigo analisa o processo histórico iniciado com a Independência e a formação, consolidação e desagregação do Brasil Império a partir da categoria gramsciana de revolução passiva. Sustenta que a constituição do Estado imperial pode ser interpretada como uma forma particular de revolução passiva, marcada pela combinação entre modernização política e restauração da sociedade colonial, particularmente da escravidão. Para tanto, mobiliza uma leitura do *Risorgimento* italiano, destacando seus principais agrupamentos e a dinâmica de revolução passiva, objetivando estabelecer conexões para a análise do caso brasileiro. Argumenta que a Independência inaugurou um processo de longa revolução passiva, posteriormente consolidado sob hegemonia conservadora e progressivamente desagregado ao longo da crise do Império. Por fim, o artigo identifica analogias e diferenças entre os casos brasileiro e italiano, visando contribuir para a nacionalização da categoria revolução passiva.

Palavras-chave: Brasil Império; revolução passiva; independência; hegemonia conservadora.

Abstract: The article analyzes the historical process initiated with Independence and the formation, consolidation, and disintegration of the Brazilian Empire based on the Gramscian category of passive revolution. It argues that the constitution of the imperial state can be interpreted as a particular form of passive revolution, marked by the combination of political modernization and restoration of colonial society, particularly slavery. To this end, it mobilizes a reading of the Italian *Risorgimento*, highlighting its main groupings and the dynamics of passive revolution, aiming to establish connections for the analysis of the Brazilian case. It argues that Independence inaugurated a process of long passive revolution, subsequently consolidated under conservative hegemony and progressively disaggregated throughout the crisis of the Empire. Finally, the article identifies analogies and differences between the Brazilian and Italian cases, aiming to contribute to the nationalization of the category of passive revolution.

Keywords: Brazilian Empire; passive revolution; Independence; conservative hegemony.

Resumen: El artículo analiza el proceso histórico iniciado con la Independencia y la formación, consolidación y desagregación del Brasil Imperio a partir de la categoría gramsciana de revolución pasiva. Sostiene que la constitución del Estado imperial puede interpretarse como una forma particular de revolución pasiva, marcada por la combinación entre modernización política y restauración de la sociedad colonial, particularmente de la esclavitud. Para ello, moviliza una lectura del *Risorgimento* italiano, destacando sus principales agrupamientos y la dinámica de revolución pasiva, con el objetivo de establecer conexiones para el análisis del caso brasileño. Argumenta que la Independencia inauguró un proceso de larga revolución pasiva, posteriormente consolidado bajo hegemonía conservadora y progresivamente desagregado a lo largo de la crisis del Imperio. Por último, el artículo identifica analogías y diferencias entre los casos brasileño e italiano, con el objetivo de contribuir a la nacionalización de la categoría de revolución pasiva.

Palabras clave: Brasil Imperio; revolución pasiva; independencia; hegemonía conservadora.

Introdução

O artigo analisa o processo histórico iniciado com a Independência e a construção, consolidação e desagregação do Brasil Império, sustentando que a revolução passiva é uma categoria central para explicação do período. A perspectiva teórico-metodológica empregada é o materialismo histórico-dialético. Constrói-se um paralelo entre a formação dos Estados brasileiro e italiano com base nos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci. O enfoque em relação à formação social brasileira ocorre por meio de análises clássicas de sociólogos e historiadores do Brasil Império que contribuem para uma análise gramsciana, sem pretensão de esgotar o amplo debate historiográfico sobre o período.

Ao discutir as teorias do subdesenvolvimento, Francisco de Oliveira considerou a revolução passiva uma categoria bem-sucedida para evitar simplificações na análise política. Reconhecidos os méritos, contudo, argumentou que para a teoria brasileira da revolução passiva faltava considerar “as condições da exploração colonial fundada no escravismo” [Oliveira, 2003, p. 83]. Por isso, ocorreu “uma nacionalização imperfeita do conceito de revolução passiva”, seus teóricos analisaram pouco a “condição colonial” [Aliaga; Areco, 2023, p. 5]. Nesta direção, o artigo busca explicitar como a herança colonial é indispensável para a compreensão dos diferentes momentos do Estado Imperial e condiciona o arranjo da revolução passiva.

A seção inicial apresenta o *Risorgimento* e sua dinâmica de revolução passiva. A seguinte analisa a Independência como marco do início da longa revolução passiva. Em seguida, aborda-se a consolidação da hegemonia conservadora, do Estado e da revolução passiva no Império. Adiante, discute-se a desagregação da hegemonia conservadora, das bases do Estado e da revolução passiva. Por fim, apresentam-se analogias e diferenças entre os casos brasileiro e italiano, contribuindo-se para a nacionalização da revolução passiva.

Revolução passiva: *Risorgimento*, os moderados e o Partido de Ação

A revolução passiva explica transições marcadas pela ausência de uma participação popular dirigente, ainda que ela exista. Em Gramsci a categoria é válida “não somente para Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas [...] sem passarem pela revolução política de tipo radical-jacobino” [Gramsci, 2014, p. 504]¹. O *Risorgimento*, contexto histórico de formação do Estado nacional italiano, apresentou dois agrupamentos principais.

Os moderados foram os dirigentes do *Risorgimento*, formavam um grupo político com homogeneidade política e econômica, eram “intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes proprietários-administradores de terras, empresários comerciais e industriais” [Gramsci, 2014, p. 41]. Possuíram uma política relativamente estável e isto os ajudou a consolidar sua direção em relação ao Partido de Ação e seu controle do Estado. Tal direção foi construída majoritariamente através da solução de questões e problemas práticos, e não através da afirmação de um “programa escrito”.

Já o Partido de Ação não possuía homogeneidade e “não se apoiava especificamente em nenhuma classe” [Gramsci, 2014, p. 41], o que acabou possibilitando, devido a sua fragmentação e falta de unidade, que os moderados exercessem grande influência sobre a sua atuação.

¹ O artigo utiliza a edição original em italiano dos *Quaderni*, no entanto todas as citações podem ser encontradas na recente tradução dos *Cadernos do cárcere* [2024].

Caso objetivasse ter se tornado “uma força autônoma e [...] imprimir ao movimento do *Risorgimento* um caráter mais acentuadamente popular e democrático”, deveria ter se contraposto aos moderados com “um programa orgânico de governo que abarcasse as reivindicações essenciais das massas populares” (Gramsci, 2014, p. 41).

Para os moderados a afirmação de um programa era desnecessária porque intencionavam encaminhar o *Risorgimento* sem participação popular, enquanto para o Partido de Ação seria uma tarefa imprescindível para aproximá-lo dos grupos subalternos. Mesmo que em termos gerais o Partido de Ação afirmasse buscar maior participação popular, na prática evitou comprometer-se com um programa orientado pelas demandas populares e não construiu uma atuação jacobina ou dirigente dos subalternos, contribuindo para o encaminhamento do *Risorgimento* pelos mecanismos de uma revolução passiva.

Os moderados foram capazes de dirigir o Partido de Ação em um fenômeno de transformismo, entendido como a “absorção das elites das classes inimigas [que] leva à decapitação destas últimas e à sua impotência” (Gramsci, 2014, p. 41). Neste bojo, “as massas são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (Gramsci, 2014, p. 38), enquanto ocorre uma ampliação da força hegemônica através da incorporação da força adversária. O *Risorgimento* também é aproximado à ideia de “revolução-restauração”, expressando

o fato histórico da ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana, e o fato de que o “progresso” se verificaria como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e inorgânico das massas populares com “restaurações” que assimilam alguma parte das exigências populares (Gramsci, 2014, p. 957).

As categorias explicam processos nos quais a atuação autônoma dos subalternos não foi preponderante. Isso não significa que a hegemonia seja absoluta, existem sublevações, mas elas são eventuais e não possuem relação com o conjunto da classe. A revolução passiva é uma restauração [ou reação] em relação a tais sublevações, é uma resposta que busca reconfigurar ou reconstruir a hegemonia das classes dominantes em um cenário em que existem, embora não dominantes, agitações subalternas. Nos moderados, por sua vez, a revolução passiva transforma-se em “fórmula de ‘ação’” (Gramsci, 2014, p. 1208) ou em “um programa político”, com o objetivo de “abdicar e capitular diante da primeira ameaça séria de uma revolução italiana profundamente popular” (Gramsci, 2014, p. 1220).

Além do mais, mesmo havendo setores homogêneos na classe dominante italiana, “a sua tendência a unir-se era muito problemática e, o que mais importa, eles, cada um no seu âmbito, não eram ‘dirigentes’” (Gramsci, 2014, p. 1822) em relação às demais classes. Neste cenário, “uma força nova, independente de todo compromisso e condições, se tornara o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte”. Por isso, o “Piemonte teve, então, uma função que pode, sob certos aspectos, ser comparada àquela do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social” (Gramsci, 2014, p. 1822). Nesta revolução passiva o Estado é o condutor porque inexistente um outro sujeito com a intenção e a possibilidade concreta de fazê-lo. “Hegemonia” [entre aspas], porque

Trata-se de um dos casos em que existe a função de “domínio” e não de “direção” nestes grupos: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o grupo inteiro, não deste sobre outras forças para potencializar o movimento, radicalizá-lo etc. no modelo “jacobino” (Gramsci, 2014, p. 1823-4).

A passagem, no entanto, prossegue falando de uma forma de hegemonia, mesmo que particular. Faz pouco sentido, considerando o conjunto dos *Cadernos*, associar domínio exclusivamente a coerção e consenso a hegemonia. Da afirmação de que é um processo apenas com domínio não pode derivar a ideia de que não haja elementos consensuais, mesmo que minoritários. Embora Gramsci fale de “ditadura sem hegemonia” e afirme que tal hegemonia existia apenas no interior das camadas dominantes, o uso da categoria em si não parece interdito para o *Risorgimento*.

O *Risorgimento* ocorreu com uma hegemonia que não alcança direção em relação aos demais grupos sociais que não os dominantes, porém trata-se de, ao menos em parte e por um período, de uma hegemonia eficiente. Prova disto são as inúmeras passagens em que Gramsci analisou como os moderados construíram uma hegemonia que levou a consolidação do *Risorgimento* como uma revolução passiva, o que poderia não ter ocorrido caso a hegemonia fosse do Partido de Ação. Mesmo que seja uma hegemonia particular, influencia decisivamente o curso da história. Embora essa passagem afirme que a direção coube ao Estado, a teorização sobre como a hegemonia foi exercida pelos moderados deve ter em vista que, mesmo em um processo conduzido pelo Estado, existem grupos políticos que o dirigem nessa dinâmica.

Independência: emergência da revolução passiva do Brasil Império

Inicialmente introduz-se uma discussão conceitual sobre a revolução passiva e a hegemonia. A revolução passiva ocorre com a existência de uma hegemonia. Vimos como a hegemonia dos moderados, mesmo limitada, foi importante. Entretanto, não se supõe que no Brasil houve hegemonia das classes dominantes sobre os escravos já que os mecanismos de controle eram majoritariamente coercitivos. Embora a historiografia venha demonstrando que a ordem senhorial produzia elementos de legitimação e de consenso, eles não eram predominantes.

Trata-se de uma revolução passiva em que a hegemonia possui determinantes de limitação porque a classe dominante não foi capaz de sustentar sua direção valendo-se de instrumentos predominantemente consensuais em relação a um expressivo grupo. Ao menos em termos relativos, afirma-se a existência de um “momento de ‘direção’ circunscrito especificamente aos ‘de cima’ [já que se trata] de uma formação social atravessada pelo forte dualismo: homens livres e homens escravizados” (Marinho, 2017, p. 241).

A hegemonia em certo sentido foi limitada por ser parcialmente restrita ao interior das classes dirigentes, ainda que abarcasse outros grupos sociais, como homens livres pobres, libertos, profissionais liberais, militares e elites regionais, mas consegue, mesmo reservando à parcela expressiva da população elementos predominantemente coercitivos, unificar e consolidar o Estado de forma satisfatória considerando os interesses dominantes. Esta chave analítica ajuda na interpretação da revolução passiva da Independência e do Brasil Império. Houve uma classe dirigente e uma elite política que, às vezes em consonância maior, em outras menor, conduziram os rumos da nação segundo seus interesses.

Havia conflitos entre a Coroa e os colonos desde meados do século XVIII, manifestados por contestações ao vínculo colonial, entretanto a possibilidade de divisão do Império português ainda não estava colocada. A vinda da família real [1808] modificou a configuração política do Império ao transferir o centro da Monarquia e ampliar paulatinamente os espaços de autonomia política e econômica da Colônia. Esta reconfiguração, contudo, não conduziu linearmente à Independência, mas incidiu para um redesenho das relações entre Brasil e Portugal, cuja preservação acabaria tensionada pela Revolução do Porto [1820]. A possibilidade de ruptura tornou-se real e isso gerou disputas em relação à manutenção das mudanças ocorridas após 1808

sobre qual seria a posição do Brasil no interior do Império português. Contribuiu para a Independência a transformação do colonizador em colono, agente interno organizador da produção, cuja expressão mais poderosa são os senhores de engenho. Mesmo que inicialmente houvesse colonos mais radicais, essa posição não era dominante.

A Revolução do Porto revogou as vantagens conquistadas com a chegada da família real e formou-se o partido brasileiro. Havia uma relativa “unidade de consciência do grupo que buscava consolidar-se em torno da Corte”, e nele “a questão do Estado é posta” [Mattos, 2017, p. 67]. Inicialmente, a questão não se apresentava através da defesa de uma ruptura com Portugal, mas envolvia a manutenção das condições obtidas após 1808. Conforme se tornou nítida a impossibilidade de permanência de tais condições, o partido brasileiro transitou progressivamente para uma posição de ruptura controlada. Ao fim, “um Estado nacional independente constituía a única via pela qual se poderia romper o bloqueio à autonomia e à plena autorrealização dos estamentos senhoriais” [Fernandes, 2005, p. 78]. As circunstâncias mudaram para garantir a dominação das mesmas classes, foi preciso fazer a “revolução sem revolução” da Independência para que não fossem abaladas as bases do sistema colonial que, na roupagem de país independente, foram mantidas em essência.

No partido brasileiro eram aliados à classe senhorial comerciantes e setores burocráticos, em uma relativa unidade assentada em conexões orgânicas entre política e economia, embora fosse atravessada por divergências internas em relação aos projetos de organização do poder. Entretanto, as vivências e a identificação de problemas comuns, mesmo considerando as disputas em seu interior, mostraram que eles “se propunham à tarefa de construção de um Estado soberano” [Mattos, 2017, p. 69]. A atuação dos grupos dirigentes impede que a vinda da família real seja tomada como detonador suficiente para a Independência. Embora seja difícil subestimar sua importância porque desencadeia uma modernização política, sobretudo no interior dos grupos dominantes, isso não explicaria por que a Independência sucede em sua forma singular, fundando uma monarquia, mantendo a escravidão, restaurando determinações do período colonial e com baixa participação popular, como uma “revolução-restauração”.

Uma Independência que contivesse lutas populares poderia abalar a ordem e levar à desagregação do país, “testemunhos [...] deixam claro que havia entre a elite receio de revolta escrava” [Carvalho, 2023, p. 18]. A política de afastar a possibilidade de uma revolução ativa dos escravos está intimamente associada à escolha sobre como realizar a Independência, como uma revolução passiva, que, sobretudo, teria como função manter os fundamentos da sociedade colonial nos novos marcos de país independente. A manutenção da escravidão, a opção pela Monarquia e a preservação da unidade são escolhas associadas à manutenção da ordem.

A política dos grupos dirigentes combinou a transformação da condição política do país com a contenção das possibilidades de ruptura da ordem. Foi uma opção para evitar a eventual ocorrência de revolução ativa relacionada com a manutenção das dinâmicas internas da sociedade colonial. As elites dirigentes e as classes dominantes internas ganharam autonomia política e passaram ao controle do Estado como forma de garantia dos seus interesses, modernizava-se a condição política do país, mas mantinha-se sua estrutura social; a modernização política foi realizada como restauração da sociedade colonial. A Independência combinou um elemento revolucionário [autonomia política] e outro conservador [manutenção da estrutura social].

Enquanto havia a intenção de internalizar os centros políticos decisórios através de uma classe dominante em formação, foi mantida a estrutura social que sustentava sua posição. A manutenção da escravidão estava articulada à grande propriedade da terra, à monocultura e à produção agroexportadora, que também foram mantidas. Trata-se de uma revolução

objetivando fortalecer os velhos grupos dominantes, de uma modernização que restaura sua capacidade de condução, que ficaria abalada caso fosse mantida a condição de Colônia.

Em uma dinâmica de revolução passiva, a Independência teve dois elementos constitutivos: a revolução e a restauração. Inicialmente, “não obstante a forma que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil” (Fernandes, 2005, p. 49), ainda que tenha ocorrido a “persistência daquela ordem social [...] e [...] inexistência de mobilização das massas” (Fernandes, 2005, p. 49). Contudo, a partir de então o poder passa a ser exercido e organizado e a ter suas dinâmicas políticas definidas por elementos majoritariamente internos, daí seu caráter revolucionário.

Moura (2020) afirma que houve modernização política, mas as estruturas econômica e social mantiveram-se, a escravidão na verdade consolidou-se. Ianni (2004) aponta a escravidão e a forma como organizou-se o Estado como os principais elementos de continuidade em relação à Colônia, daí seu caráter conservador. Logo, a “modernização [chega] em compromisso com o seu passado, [e isso] pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva”. Forja-se uma dialética de “conservar-mudando” (Vianna, 2004, p. 43), isto é, “a Independência foi uma “revolução sem revolução” [...]. [...] o Estado que nasce da Independência [...] intensifica a escravidão, fazendo dela o suporte da restauração que realiza quanto às estruturas econômicas herdadas da Colônia” (Vianna, 2004, p. 44).

A Independência representou “uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular” (Coutinho, 2012, p. 196), foi realizada “de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos” (Ianni, 1984, p. 11). Embora existam *nuances* nas leituras apresentadas, elas convergem apresentando a Independência como uma combinação de restauração e revolução. Fez-se do país uma nação independente e internalizou-se a dinâmica política e econômica através da autonomia conferida pelo controle do Estado por parte das classes dominantes e elites políticas, que foram eficientes em conduzir o processo evitando maior participação popular e abalos na ordem. Entretanto, foram mantidas as determinações estruturais da sociedade colonial, como a escravidão e a grande propriedade monocultora voltada para a exportação, ambas associadas aos interesses dos grupos dominantes. Além do mais, a afirmação da Monarquia e a preservação da unidade territorial foram fundamentais tanto para as transformações quanto para as conservações que, combinadamente, conformam o arranjo que marcou o caráter de revolução passiva da Independência.

A construção da hegemonia dos Saquaremas: consolidação da revolução passiva

Nos anos da Regência, o Império passava por instabilidades, com revoltas que evidenciavam a presença política dos grupos populares e de elites regionais, como a Cabanada, a Revolta dos Malês, a Cabanagem, a Farroupilha e a Sabinada. Mais tarde a Praieira e o movimento abolicionista, já no fim do Império, atestam a presença de alguma participação popular. Contudo, em todos esses casos os grupos dirigentes e o Estado tiveram êxito em contê-las e impedir sua generalização. Na dinâmica da revolução passiva brasileira não se constata uma ausência de participação popular, e sim uma capacidade das elites de passivizá-las, combinando coerção e consenso para recompor a ordem e preservar a estrutura senhorial.

Entretanto, a construção de tal movimento possui uma dimensão processual que precisa ser investigada. Em 1836 os conservadores venceram as eleições e teve início o Regresso Conservador. Constituiu-se um período de transformações conectadas a uma recomposição de forças políticas e sociais que, após o ciclo do Avanço Liberal, promoveram uma restauração e reafirmação

da centralidade do Estado. Após esse momento, as elites políticas, em sintonia com as classes dominantes, passaram a ser cada vez “mais conservadoras e trataram [...] de ‘parar o carro revolucionário’” (Costa, 2010, p. 12).

A Regência forjou transformações nas classes dominantes e elites políticas em relação à necessidade de evitar dois perigos que então pareciam iminentes, a fragmentação do Império e uma revolta escrava generalizada. Isto porque “se essas elites não podem fazer revoluções, elas podem, por sua ação, afetar decisivamente as possibilidades de uma revolução” (Carvalho, 2023, p. 139).

Nestas circunstâncias formaram-se os dois partidos mais importantes do Império, o Partido Conservador e o Partido Liberal. Existia anteriormente uma certa conformação entre liberais e conservadores, mas agora passavam a existir organizações que se comportavam segundo interesses relativamente bem delimitados e com posicionamento sobre as questões centrais do país. Os liberais intencionavam diminuir a centralização política e administrativa do Estado, ampliar o poder do legislativo, fortalecer a autonomia das províncias e reduzir o poder do monarca. Os conservadores iam na direção oposta, defendiam maior centralização do Estado, limitação da autonomia provincial e ampliação dos poderes do Imperador.

Os liberais aprovaram em 1832 e 1834 leis na direção da descentralização e a instabilidade não se encerrou. Por isso, o Partido Conservador pregava a revogação das reformas liberais e, embora não tenha apresentado um programa formal, foi paulatinamente obtendo aprovação dos setores dominantes, insatisfeitos com as turbulências. O Regresso Conservador fortaleceu a capacidade de atuação do Estado e restringiu a descentralização que teve início na Regência. Embora retome princípios que guiaram a construção do Estado no período anterior, não se trata de um retorno ao passado, até porque “é certo que no movimento histórico nunca volta a ser como antes e não existem restaurações ‘in toto’” (Gramsci, 2014, p. 1194-5). Isto é, o Regresso deve ser entendido como uma restauração da centralidade estatal, não como um retorno ao Primeiro Reinado.

O Regresso começou “a dar lugar a um esboço de sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre [...] o rei e a alta magistratura [...] e [...] o grande comércio e a grande propriedade” (Carvalho, 2023, p. 249). A instabilidade regencial e o Regresso são fundamentais para “compreender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial”. Isto porque há uma “relação necessária, embora não natural, entre ambos os processos”, houve uma “intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual se forja a si própria como dirigente no movimento dessa intervenção: os Saquaremas” (Mattos, 2017, p. 14).

Ou seja, “Estado imperial e classe senhorial apresentam-se intimamente articulados e postos em relação entre si pela intermediação [...] de dirigentes saquaremas”. Existiu um “Estado que tem como um dos elementos fundamentais o fato de ser o *locus* dos dirigentes saquaremas, isto é, dos que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral” (Mattos, 2017, p. 15). O grupo foi a “força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos [...], mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial” (Mattos, 2017, p. 120).

Através da solução de problemas práticos “os Saquaremas fizeram [com] que as pretensões dos Liberais se esvaíssem [...] e lhes impuseram uma direção” (Mattos, 2017, p. 164). Os Saquaremas foram dirigentes das classes dominantes porque “por meio da condução dos negócios do Estado, [...] apresentaram-se como os preservadores dos monopólios que fundam uma classe” (Mattos, 2017, p. 177). O grupo uniu “de modo cada vez mais íntimo seus destinos aos da lavoura cafeeira em expansão” (Mattos, 2017, p. 178). Tem-se que “a administração pública

misturava-se aos interesses particulares das classes dominantes. A ‘modernização’ do Estado estava intimamente relacionada aos interesses dessa classe que, por sua vez, fortalecia o poder da administração central” (Marinho, 2017, p. 233). Portanto, “entender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial como processos recíprocos é justamente compreender essa dupla dimensão do ato de governar, é ter em consideração o Estado em suas funções de dominação e de direção, é conceber a Coroa como um partido” (Mattos, 2017, p. 181).

Em 1840 ocorreu a antecipação da Maioridade como resultado de uma complexa relação de forças e associada às expectativas sobre os rumos do Estado após as turbulências da Regência, o evento reafirmou a centralidade do Estado imperial e da Monarquia constitucional. Surgiram medidas de centralização, entretanto a possibilidade de pacificação não se realizou, e nos primeiros anos do Segundo Império ainda houve revoltas.

Embora os liberais estivessem no governo, as reformas do Regresso e a Maioridade expressavam o processo histórico analisado como “a moeda colonial em restauração” (Mattos, 2017, p. 92), metáfora que apreende a recomposição das relações entre o Estado imperial, as classes senhoriais e o capitalismo internacional. Neste quadro, “a Coroa preenche, em primeiro lugar, uma função simbólica. A Coroa se confunde com a figura do Imperador; a antecipação da Maioridade simboliza a sua consolidação” (Mattos, 2017, p. 93). As turbulências da Regência não foram suficientes para abalar a Monarquia, com a Maioridade “mais do que nunca, a ideia de Império seria associada à garantia de uma unidade e de uma continuidade” (Mattos, 2017, p. 95). Ocorre uma reatualização dos monopólios senhoriais em novas circunstâncias históricas em que estão presentes, simultaneamente, elementos de restauração e de transformação.

Após as derrotas das revoltas liberais em 1842 houve uma certa conformação inicial da hegemonia conservadora. Novamente no poder em 1844 os liberais não revogaram as leis centralizadoras do Regresso, parecia haver algum consenso sobre a importância da centralização e capacidade de coordenação do Estado. Observa-se que enquanto “a marca da atuação dos liberais [...] foi a ausência de objetivos claros e a dispersão de ação”, o inverso “aconteceu com o campo conservador. As divergências internas, que nunca deixaram de existir, não chegaram a comprometer uma ação conjunta com o firme propósito de fortalecer o poder central” (Salles, 2017b, p. 57).

Em 1848 os conservadores voltaram com força ao governo como resultado da revolta liberal da Praieira [1848] que abriu “caminho para o domínio total dos conservadores que durou de 1848 a 1862” (Carvalho, 2023, p. 408). A política dos liberais nos anos da Regência não convenceu as classes dominantes que a Coroa representava seus interesses, isto mudou com a volta dos conservadores. Os últimos anos da Regência e os primeiros do Segundo Reinado levaram a um “lento convencimento dos proprietários de que a monarquia lhes convinha” (Carvalho, 2023, p. 255). Portanto, a conformação de poder estabelecida pelos conservadores não resultou de um consenso previamente estabelecido, sendo consequência de um processo conflituoso em que a concepção de Estado defendida por esses setores se demonstrou eficiente para a garantia da ordem e mostrou-se em sintonia com os interesses dominantes. Até 1870 o Império viveu seu auge, e, no interior desse período, está o momento de solidez da hegemonia conservadora.

Os Saquaremas dirigiram o agente principal da restauração: a Coroa. Paralelamente, forja-se uma classe dominante que se utiliza “do Estado imperial para construir a sua unidade e levar a efeito uma expansão” (Mattos, 2017, p. 104). Um processo de restauração e expansão em que a classe dominante economicamente torna-se dirigente politicamente. Portanto, “a íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial faz que a Coroa assuma [...] o papel de um partido [...]. E este papel define a sua modernidade. Por se constituir na expressão e forma mais avançada dos interesses da classe em constituição” (Mattos, 2017, p. 104).

Sob hegemonia conservadora, a Coroa implementou a Lei de Terras e a proibição do tráfico internacional de escravos. A extinção do tráfico, contudo, resulta de uma combinação das pressões externas, do fortalecimento do Estado imperial e de um reposicionamento de parte das elites, que passaram a considerar a supressão do tráfico como requisito para preservação da ordem escravista e da soberania do Império. Ainda que o fim do tráfico fosse um relativo golpe, seu prosseguimento geraria ainda mais inconvenientes para o conjunto das classes dominantes, por isso a lei foi rapidamente aprovada e implementada. Houve tentativas de prosseguimento do tráfico, mas isso não ocorreu devido à repressão do governo e “para esta ação foi fundamental a vontade e também o poder. E o poder tinha sido acumulado pelas reformas centralizadoras”. Portanto, o “regresso conservador [...] tornou possível executar a política liberal de extinguir o comércio negreiro” [Carvalho, 2023, p. 302].

A questão do tráfico de escravos e a da terra eram temáticas que “vinham frequentando há tempos a agenda de políticas públicas, sem que houvesse condições políticas para uma solução, isto é, sem que o governo se sentisse com o poder e legitimidade suficientes para decidi-las” [Carvalho, 2023, p. 256]. A Lei de Terras impôs limites ao acesso à terra, dificultando seu uso por setores não vinculados à grande propriedade e garantindo a disponibilidade de mão de obra para a lavoura. Trata-se de uma iniciativa que fortalece a ordem escravista, o poder material das classes proprietárias, e que só foi possível pela hegemonia conservadora e pela centralização do Estado, ao passo que essa iniciativa fortalece a mesma hegemonia e o mesmo Estado, já que foi na direção dos interesses das frações dominantes. Por isso, a consolidação da hegemonia conservadora representa um “marco entre duas fases de implantação do Estado” [Carvalho, 2023, p. 257].

Os principais dirigentes Saquaremas estiveram no gabinete conservador de 1852 e nos “cinco anos de ação governativa e administrativa, resultou a consolidação da direção saquarema, que o gabinete seguinte do Marquês do Paraná – o Ministério da Conciliação – completaria” [Mattos, 2017, p. 183]. No transcorrer da Regência e nos primeiros anos do Segundo Reinado, a direção do Império, ainda que não de forma linear e não sem tensionamentos, foi paulatinamente caminhando para a hegemonia e o fortalecimento dos conservadores. Resultado de tal hegemonia e prova de sua eficiência é que com o tempo “os dissidentes [...] desapareceram da cena política, engolfados pelo processo de modernização ou cooptados” [Costa, 2010, p. 13], por isso “a intervenção saquarema forjou a Coroa como um partido na concepção gramsciana, isto é, como sujeito de uma direção que exerceu tanto sobre os conservadores como sobre os liberais” [Salles, 2017a, p. 14].

Embora programaticamente os liberais defendessem alguns elementos de liberalismo, abdicaram de iniciativas efetivas para implementá-lo, acomodando-se à direção conservadora. Tal liberalismo, “manter-se-á imune às tentações jacobinas, recusando-se a realizar interpelações ‘para baixo’ e a procurar pontos de ruptura com as elites” [Vianna, 2004, p. 47]. Logo, a hegemonia conservadora não se impôs apenas pela coerção, mas também pela capacidade de incorporar consensualmente o grupo opositor, absorvendo-o e transformando-o em parte do bloco dirigente.

Para os conservadores havia “lugar para a divergência oligárquica dentro do sistema”, pregavam “que a monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e que poderia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes” [Carvalho, 2023, p. 255]. A hegemonia conservadora instaurou-se e consolidou-se porque foi capaz de dirigir os interesses dos grupos dominantes e de debelar e prevenir a ocorrência das diferentes formas de revoltas. Nesse contexto,

as palavras liberal e conservador converteram-se em meras etiquetas. Era voz corrente que nada parecia mais com um liberal do que com um conservador. Uma vez no poder, os liberais se esqueciam das demandas que haviam feito quando na oposição. De outro modo, os conservadores no poder realizavam as reformas pelas quais os liberais tinham lutado [Costa, 2010, p. 160].

Em termos de composição social “os interesses agrários estavam igualmente representados nos dois partidos” [Costa, 2010, 162]. Entretanto, os funcionários públicos pertenciam majoritariamente ao Partido Conservador e o Liberal era composto em grande medida por profissionais liberais, o que também evidencia “que os conservadores foram os principais suportes da centralização e do fortalecimento do Estado” [Carvalho, 2023, p. 211].

Consolidada a hegemonia conservadora e o fortalecimento do Estado, tem-se que “sob o olhar dominante e vigilante do poder, o Progresso era a Conservação” [Mattos, 2017, p. 216]. O Estado imprimiu em sua atuação os interesses das classes dominantes e, nesse sentido, modernizou-se. No entanto, essa classe estava vinculada aos antigos interesses agrários dos senhores, de maneira que a modernização serviu à reatualização do poder das classes senhoriais em novas configurações. A restauração, todavia, não significa um simples retorno ao passado e sim a recomposição, sob novas roupagens, das determinações centrais da estrutura colonial, ou seja, a escravidão e a grande lavoura exportadora.

Tal processo foi levado a cabo por um Estado que igualmente se modernizou e transformou, mas que paralelamente é caracterizado por uma restauração associada à reatualização da centralização política e administrativa do Estado e ao fortalecimento da Monarquia. Trata-se de uma dinâmica de “revolução-restauração” em sentido gramsciano, na qual as transformações realizadas acabam, em novas configurações, reatualizando elementos diversos do passado. O Estado incidiu para uma restauração através da “preservação da escravidão, do império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional”. No entanto, engendrou “mudanças estruturais na organização ou na atuação da sociedade civil e nas quais implanta uma dimensão nas relações das elites do poder” [Fernandes, 2005, p. 66].

Estado, classes dominantes e grupos dirigentes “responsáveis pela preservação de estruturas coloniais são, em escala análoga, igualmente responsáveis pela formação e pela consolidação de nova ordem social” [Fernandes, 2005, p. 74-5]. A consolidação do Estado sob a hegemonia dos Saquaremas ocorreu com um conteúdo político e social particular, como uma “modernização sem mudança”. Ocorreu uma “modernização que tinha como função social o controle da mudança processada na estrutura da sociedade escravista da época, em benefício da classe senhorial” [Moura, 2020, p. 95], assim “essa modernização era, portanto, sociologicamente ambígua” [Moura, 2020, p. 96].

Trata-se de um Estado que servia como “instrumento ao mesmo tempo de manutenção e de transformação das estruturas sociais” [Carvalho, 2023, p. 234]. A modernização do Estado imperial não significou, portanto, uma ruptura com a ordem social preexistente, mas sua transformação, modernização e reorganização que, por sua vez, em diversos aspectos reatualizam elementos anteriores, tanto em relação ao Estado quanto à ordem social. Isso significou uma recomposição do poder das classes senhoriais que, embora não possa ser identificada simplesmente com uma burguesia em termos clássicos, estava inserida no bojo de transformações que, em sentido geral, contribuíram para a ampliação de relações capitalistas.

A desagregação da hegemonia conservadora: o caso da revolução passiva

Embora a volta dos liberais ao poder em 1862 seja um sinal da desagregação da hegemonia dos Saquaremas, não é correto avaliar que ela se encerrou. Os anos de 1862 a 1868 compreendem o intervalo “de maior instabilidade ministerial do Império” [Carvalho, 2023, p. 410], em que novamente ficou patente a incapacidade dos liberais de deslocar a direção política conservadora. Passado o período de crises, os conservadores voltaram ao poder em 1868, e até o fim do Império vigorou “um bipartidarismo de contornos bem definidos mas com pendor para o conservadorismo” [Carvalho, 2023, p. 410]. Esse “pendor” é um indicativo de que se mantinha uma hegemonia conservadora, mesmo que em gradual processo de esfacelamento.

Em 1868 os Liberais lançaram um manifesto defendendo a descentralização e medidas visando caminhar paulatinamente para a abolição. Além do mais, havia um “sentimento crescente de insatisfação entre vários setores da sociedade” [Costa, 2010, p. 166]. Grupos minoritários associados às classes dominantes, funcionários públicos, profissionais liberais, o Exército e parte do próprio Partido Conservador acabaram por reconhecer a necessidade de reformas.

No Segundo Reinado dois ministérios são particularmente importantes em relação a reformas e à atuação do Estado, eles são um indicativo de que setores das classes dominantes e das elites foram capazes de construir uma hegemonia conservadora mais ou menos eficiente, a depender do período. O primeiro foi o Ministério da Conciliação. O segundo, o ministério de Rio Branco, o mais duradouro do Império, sendo seu condutor “um típico conservador modernizante, cujo plano político era esvaziar o programa liberal realizando suas reformas” [Carvalho, 2023, p. 59].

Ainda que a câmara fosse conservadora, a Lei do Ventre Livre [1871], principal reforma do gabinete, foi aprovada com dificuldade porque não havia unidade de parte da elite política com os interesses dos grupos econômicos mais dinâmicos do Império. O projeto suscitou “a mais virulenta oposição já vista na Câmara” [Carvalho, 2023, p. 308] e sofreu as principais resistências onde o sistema imperial estava mais integrado aos interesses escravistas. Em todo caso, outra vez a reforma mostra a hegemonia dos conservadores na direção do Estado; a mudança, proposta pelos liberais, foi realizada por um gabinete conservador.

Enquanto a extinção do tráfico internacional de escravos em 1850 refletiu força da hegemonia conservadora, que a implementou articuladamente às classes dominantes, o ano de 1871 indicou uma limitação e gerou desagregação dessa hegemonia. A Lei do Ventre Livre foi aprovada à custa das desconfianças dos senhores, que a partir de então cresceram, pois suas intenções eram de postergar ao máximo a escravidão. Por outro lado, o Imperador, o Partido Liberal [ao menos programaticamente] e parte do Conservador [que realizou a reforma] não pretendiam propriamente abreviá-la, mas sim administrar uma transição gradual e controlada buscando evitar rupturas que poderiam abalar a estabilidade do Império e os interesses dos proprietários.

A postura do Partido Liberal de defender reformas sem traduzi-las em ações efetivas evidencia o caráter meramente formal de sua oposição, e a sua incorporação à direção conservadora atesta o caso de transformismo. Em todo caso, neste contexto “o governo se deslocou das bases socioeconômicas do Estado” [Carvalho, 2023, p. 315]. O Estado distanciava-se dos interesses escravistas e, mesmo que a intenção fosse a manutenção da estabilidade do Império, agora a direção conservadora não mais conseguia atuar em sintonia com as classes dominantes. A partir de então “a defesa intransigente dos interesses escravistas [...] foi derrotada em favor de um reformismo controlado” [Carvalho, 2023, p. 378]. Por isso, afirma-se que “o sistema imperial começou a cair em 1871”, dado que “foi a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões” [Carvalho, 2023, p. 322].

Parte da elite política em associação com grupos econômicos em que a escravidão era proporcionalmente menos importante perceberam que “a abolição, embora ferindo interesses econômicos importantes, era mal menor diante das profundas perturbações da ordem que poderiam advir de um adiamento da decisão” [Carvalho, 2023, p. 314]. Contrariando setores expressivos das classes dominantes e por isso em desagregação, a direção conservadora prosseguia sua estratégia visando evitar rupturas e maior participação popular. Era preciso realizar reformas e mudanças como forma de evitar uma eventual revolução ativa que poderia implodir o Império. Esse processo, consonante com o conteúdo analítico da revolução passiva, foi feito através de um sucessivo, lento e gradual conjunto de reformas que aos poucos foi implementado no sentido de findar com a escravidão, buscando evitar que o evento ocorresse através de participação escrava ativa e radical.

Em 1850 o tráfico internacional foi abolido não por convicção das classes dirigentes e elites internas, mas sobretudo por pressão dos ingleses. Nos anos 1860 foram fundadas organizações que objetivaram ajudar a libertação de escravos e intervir na opinião pública. Na década seguinte, em contexto de aumento das pressões políticas e reavaliação de parte das elites, a proposta da Lei do Ventre Livre foi aprovada. Somada à consolidação do movimento abolicionista, na década de 1880 passaram a existir divergências no interior das classes dominantes em relação à escravidão. O Nordeste açucareiro permanecia vinculado ao trabalho escravo, embora parte das elites da região admitisse a necessidade de reformas.

No Sudeste eram distintas as posições dos cafeicultores do Vale do Paraíba, ainda fortemente atrelados à escravidão e associados à direção conservadora do Império, e dos grupos do Oeste Paulista, cuja expansão estava relacionada à utilização crescente do trabalho imigrante, à reorganização das relações de trabalho e à defesa de novos projetos políticos, como o republicanismo. A ascensão do Oeste Paulista contribuiu para progressivamente deslocar o poder econômico e político no interior do Império. Enquanto os cafeicultores fluminenses, base material da direção conservadora, passavam por relativo declínio econômico e permaneciam vinculados à escravidão e à ordem imperial, os paulistas passaram a defender alternativas econômicas e políticas como forma de resposta à crise. A fragmentação e divergência das classes dominantes sobre como conduzir a questão escravista expressavam a progressiva perda de capacidade de direção da hegemonia conservadora e aprofundavam a crise do Império.

O fortalecimento das novas frações dominantes encontrou expressão política principalmente no republicanismo, que passou a progressivamente fortalecer-se como projeto alternativo para a organização do Estado. A defesa da República não se limitou a uma oposição formal porque expressava projetos de reorganização do poder político que ganhavam força à medida que se aprofundavam as divergências no interior das classes dominantes e enfraquecia-se a direção conservadora. A ascensão do republicanismo, portanto, constitui um elemento central da desagregação da hegemonia conservadora que havia consolidado o Estado e foi elemento fundante da crise e ocaso do Império.

Adicionalmente, no final do Império passou a existir importante participação popular. Próximo à abolição “o movimento adquiriu tal dimensão e simpatia popular que quebrou a solidariedade dos donos de escravos” [Carvalho, 2023, p. 320]. Em 1887 a abolição teve o apoio do Partido Republicano e do Partido Conservador em São Paulo e os militares negaram-se a perseguir escravos fugidos. Nessa circunstância o Império encontrava-se “desguarnecido para enfrentar uma situação de rebeldia generalizada dos escravos” [Carvalho, 2023, p. 319].

A abolição havia sido proclamada em algumas regiões e o poder legislativo de São Paulo recomendou ao parlamento nacional que fosse promulgada a lei. Apontaram que “a desordem, a agitação tinham criado para a vida social e econômica da província uma situação perigosa e insustentável” [Costa, 2010, p. 341]. Em 1888 um novo gabinete ministerial apresentou um projeto para abolição definitiva e imediata; na votação apenas nove deputados opuseram-se, oito do Rio de Janeiro. Mesmo com sua hegemonia em progressiva desagregação, mantinha-se o fato de que os conservadores eram os que possuíam a capacidade de realizar reformas.

Embora haja uma relação entre a Abolição e o fim do Império ela não é causal nem unívoca. Contudo, pode-se afirmar que “a Abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviram de suporte ao Trono, precipitou [a] queda [da Monarquia]” [Costa, 2010, p. 457]. Quando eram votadas leis abolicionistas, ampliava-se a ruptura entre a política imperial e as classes dominantes, os fazendeiros “que não se fizeram republicanos tornaram-se indiferentes à sorte da Monarquia” [Carvalho, 2023, p. 323]. A crise da escravidão, o declínio dos cafeicultores fluminenses, a ascensão do Oeste Paulista, o fortalecimento do republicanismo e a crescente mobilização abolicionista convergiram para a desagregação definitiva dos fundamentos políticos e econômicos da hegemonia conservadora e do próprio Império.

Considerações finais

O processo de unificação italiana e a formação, consolidação e desagregação do Estado imperial brasileiro apresentam elementos que permitem uma interpretação analítica à luz da categoria revolução passiva, embora se trate de processos singulares e distintos. Entretanto, em ambos, as transformações na organização política e econômica foram conduzidas pelo Estado, sem uma ruptura protagonizada pelas classes populares, e sim mediante a atuação de grupos dirigentes capazes de limitar, controlar e incorporar as diferentes demandas por transformações. No caso italiano, Gramsci identifica que o Estado foi dirigido pelos moderados, articulados à ascensão de uma classe especificamente burguesa.

No Brasil, também no bojo do desenvolvimento de relações capitalistas, a direção do Estado foi exercida pelas elites políticas em associação com as classes senhoriais, ainda que essa relação envolvesse divergências em determinados períodos. Particularmente no auge da hegemonia conservadora, o Estado atuou no sentido de sua consolidação e foi o principal ator na preservação e reorganização das estruturas sociais herdadas da Colônia, sendo ele o principal dinamizador do processo. O Estado deve ser considerado o sujeito da revolução passiva brasileira do período, ainda que sua atuação não possa ser explicada perdendo-se de vista a direção conservadora, que teve seu núcleo mais dinâmico e homogêneo nos Saquaremas. Em paralelo, tal construção ocorreu em articulação com os interesses das classes senhoriais, grupo hegemônico socialmente. Embora esses sujeitos sejam diferenciados, a construção exitosa da hegemonia conservadora é o que leva a tratá-los como uma diversidade em que existe uma unidade política e social.

No processo de formação e consolidação do Estado imperial verificou-se uma dinâmica de “revolução-restauração” que pode ser aproximada a do *Risorgimento*. Mesmo que a formação e a consolidação do Estado imperial tenham representado uma transformação e modernização das condições políticas do país, essas mudanças, entretanto, significaram simultaneamente uma restauração, em marcos diferentes e não como mero retorno ao passado, de determinações fundamentais da sociedade colonial, sobretudo da escravidão e da grande propriedade exportadora, bem como de uma reatualização da centralização do Estado e do fortalecimento da Monarquia.

A aproximação entre os dois contextos não significa o abandono de suas singularidades, e menos ainda uma identificação entre os sujeitos, processos e conteúdos sociais das respectivas restaurações. Enquanto no *Risorgimento* a direção moderada estava articulada à ascensão de uma classe tipicamente burguesa, no Brasil a direção do Estado foi exercida pelas elites políticas em associação com as classes senhoriais, inseridas, contudo, em um processo mais amplo de avanço das relações capitalistas. O que permite aproximar os dois processos é a dinâmica política que se estabeleceu em ambos, onde o Estado conduziu as transformações de modo a bloquear uma ruptura protagonizada pelas classes populares ou uma revolução de tipo jacobino e, em paralelo, restaurou e reatualizou, em novas condições, elementos fundamentais das relações políticas e econômicas preexistentes.

A opção pela manutenção da escravidão na Independência e sua consolidação no Império fornece contornos singulares à revolução passiva brasileira. Mesmo que no *Risorgimento* haja o objetivo de passivizar a participação popular, no caso brasileiro essa opção está centralmente associada à presença numerosa da população escrava, embora tal exclusão se referisse também às camadas livres subalternas. Neste quadro amplo de exclusão popular, evitar a possibilidade de uma revolta generalizada de escravos constitui uma determinação particularmente importante das decisões das elites políticas e das classes senhoriais, sendo uma especificidade da revolução passiva brasileira na construção, consolidação e mesmo desagregação do Estado imperial. É impossível desconsiderar que suas atuações políticas na formação de quilombos, revoltas e levantes foram um medo permanente das classes senhoriais e elites políticas, mesmo em períodos em que sua ocorrência era considerada menos provável, ela não deixou de ser sempre considerada nas decisões políticas.

Seja no *Risorgimento* ou na criação e consolidação do Estado imperial, as principais mudanças foram conduzidas de maneira gradual e sob a direção de grupos políticos vinculados às classes dominantes, que foram capazes de conter as demandas por transformações mais abruptas e de maior participação popular. É possível estabelecer uma aproximação entre os moderados italianos e o Partido Conservador brasileiro em termos da função política desempenhada de grupos dirigentes das mudanças que, por sua vez, restauraram aspectos centrais do passado, embora os conteúdos das restaurações sejam diversos e não se possa estabelecer uma identidade entre os sujeitos históricos e as formações sociais em que atuaram.

No *Risorgimento*, os moderados dirigiram o Estado articulados com os interesses das classes dominantes. No Brasil, a elite política imperial desempenhou um papel político semelhante e, no momento de consolidação do Estado imperial, o Partido Conservador desempenhou uma função dirigente assim como tal construção; ao menos até o momento de desagregação da hegemonia conservadora, só se efetivou porque foi construída articuladamente aos interesses das classes senhoriais. Embora os sujeitos e as condições sociais fossem diversos, os moderados inseridos em um processo de ascensão burguesa e os conservadores em uma sociedade escravista, ambos, em seus respectivos contextos, exerceram uma função dirigente dos diferentes e singulares processos de “revolução-restauração”, ofereceram respostas práticas e eficazes para o encaminhamento das mudanças em dinâmicas que podem ser apreendidas analiticamente pela categoria da revolução passiva.

Também pode ser feita uma analogia entre o Partido de Ação no *Risorgimento* e o Partido Liberal no Império em termos da ausência de capacidade de direção, novamente sem se identificarem sujeitos e contextos sociais. Embora o Partido de Ação tenha obtido uma conexão relativamente maior com os setores populares, evitou construir um programa que o colocasse em conexão orgânica e dirigente com os camponeses. No Brasil, a atuação do Partido Liberal

esteve fundamentalmente voltada à descentralização política e administrativa do Estado, ao fortalecimento do Poder Legislativo e à autonomia provincial, sem que isso significasse uma defesa efetiva da ampliação da participação popular.

Embora defendesse programaticamente reformas que os diferenciavam dos conservadores, em termos práticos o Partido Liberal não foi capaz de executá-las. Ainda que a partir de determinado momento tenham passado a prescrever a necessidade de reformas em relação à escravidão, tal aspecto programático não encontrou correspondência na sua prática que continuou sustentando a ordem senhorial. Logo, a aproximação entre a atuação dos dois partidos está relacionada à incapacidade de construir uma direção política vinculada organicamente às massas, embora em termos relativos o Partido de Ação tenha obtido maior adesão popular, e de se apresentarem como alternativa dirigente. Ambos os partidos acabam sendo absorvidos e neutralizados pelos grupos dirigentes conservadores em um processo tipicamente transformista.

Os moderados italianos e os conservadores brasileiros dirigiram um conjunto de modernizações com o objetivo de neutralizar a participação popular e, paralelamente, restaurar aspectos centrais da dominação das classes dominantes nos respectivos contextos históricos. Embora não se possa atribuir aos sujeitos sociais a consciência de uma categoria analítica, em ambos os casos as práticas e conteúdos políticos de suas direções podem ser interpretados a partir da revolução passiva. Ambos realizaram reformas porque foram capazes de responder ou neutralizar as demandas apresentadas por seus opositores, eventualmente incorporando parte delas de modo a limitar suas implicações. Nos dois contextos históricos as forças conservadoras construíram soluções práticas para as questões colocadas nos diferentes processos, foram capazes de dirigir os grupos adversários e de incorporá-los, sob uma hegemonia conservadora, aos blocos políticos que conduziram as transformações restauradoras. Seja no caso dos moderados em relação ao Partido de Ação, seja no do Partido Conservador em relação ao Partido Liberal, em ambos houve hegemonia das forças conservadoras.

Esse movimento, comum nos dois contextos, incidiu para a ocorrência das revoluções passivas em ambos os cenários, já que as forças pretensamente mais democráticas foram absorvidas pela hegemonia conservadora. Contudo, tal analogia deve ser qualificada e singularizada já que enquanto o Partido de Ação no *Risorgimento* chegou a articular-se, ainda que de forma hesitante, com setores populares, o Partido Liberal brasileiro atuou fundamentalmente no interior das elites políticas, sem romper com os pilares da ordem senhorial. Neste sentido, a analogia deve ser entendida em termos da incapacidade de direção política e incorporação ao bloco hegemônico conservador, não como uma identidade de projetos políticos e conteúdos sociais.

Por fim, tanto no processo de unificação italiana quanto no de formação, consolidação e desagregação do Estado imperial brasileiro, a hegemonia conservadora, embora eficiente para conduzir as transformações políticas e preservar a ordem social, apresentou limites que não podem ser desconsiderados. No caso brasileiro, isto se deve ao fato de que a dominação em relação aos escravos foi exercida por mecanismos majoritariamente coercitivos, embora existisse algum consenso em relação a outros setores, como homens livres, libertos, elites regionais e militares, conformando um poder político que ultrapassava em certa medida o limite das classes senhoriais, mas que tinha sua principal sustentação fornecida pelo consenso no interior dessa classe.

No *Risorgimento*, a hegemonia também se consolidou com elementos que a limitavam, a direção moderada foi capaz de conter e excluir as massas populares estabelecendo uma hegemonia apenas no interior das classes dirigentes e não em relação aos demais grupos sociais. Portanto, o argumento não afirma a inexistência de hegemonia nos dois contextos históricos, e sim que, em ambos, ela concretizou-se de formas singulares em que a condução dos grupos

dirigentes impôs limitações a sua amplitude, no caso italiano devido à exclusão das massas camponesas e no Brasil devido à permanência da instituição escravista. Longe de não ter havido hegemonia, e mesmo apresentando determinações que as restringiram, em ambos os casos estamos diante de hegemonias que conseguiram assegurar as transformações com conteúdos políticos apreendidos pela categoria da revolução passiva, já que restauraram e reatualizaram a direção das classes dominantes no curso das mudanças e que, portanto, foram eficientes.

Passemos agora às singularidades nacionais. Um dos motivos que levaram à Independência foi o pacto colonial; faz-se do país independente porque já havia internamente grupos dominantes conscientes de que tal condição de dominação estaria ameaçada caso fossem mantidas as amarras de comércio. Romper as imposições do pacto colonial é um elemento fundante da revolução passiva da Independência, o Estado e a política modernizaram-se como forma de restaurar as determinações da sociedade colonial que, do contrário, estariam abaladas. Isso leva a uma outra singularidade porque “enquanto na Itália um Estado particular [...] desempenha o papel decisivo na construção de um [...] Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas é já um Estado unificado” [Coutinho, 2012, p. 204], mesmo que tal unidade tenha enfrentado momentos de instabilidade e tenha sido uma das tarefas da revolução passiva consolidá-la.

Na Regência os grupos dominantes voltaram a ter receios da fragmentação do país e da possibilidade de uma revolta de escravos generalizada. A situação só começou a mudar com o Regresso Conservador. No Regresso foram iniciadas as reformas que levariam à estabilidade e consolidação do Estado. Elas foram completadas quando se consolidou a hegemonia do Partido Conservador. A hegemonia conservadora envolveu dirigir os liberais com seu programa e ideias, mas sobretudo articular as mudanças promovidas pelo Estado com as demandas das classes dominantes agrárias, principal base de sustentação de poder do Império. Desses dois elementos provém a força da hegemonia que os conservadores construíram, hegemonia que ocorreu em torno de ideias como manutenção da escravidão, unidade territorial, defesa da Monarquia, todas associadas à centralização.

Embora o Regresso seja um marco do início da hegemonia conservadora, ela consolidou-se em 1848 e até 1862 viveu seu período de auge. Neste período os Saquaremas ampliaram sua capacidade de direção sobre os liberais, aproximaram mais a atuação do Estado dos interesses escravistas por meio de garantia da estabilidade do Império. Conseguiram fortalecer um Estado que, simultaneamente, mostrava-se capaz de debelar eventuais revoltas escravas, ao mesmo tempo que era capaz de resolver os conflitos dos grupos dominantes e das elites políticas em seu interior, assim, acabava paralelamente com os dois maiores focos de instabilidade.

O ano de 1850 reflete um marco da construção do Estado que demonstra a efetividade da hegemonia conservadora e representa uma inflexão para a consolidação do Império. Os interesses do Estado solidificaram-se no sentido de serem apresentados como interesses gerais, embora refletissem mais do que nunca os interesses particulares das classes senhoriais, nesta operação constituiu-se a hegemonia dos conservadores. A atuação do Estado dirigido pelos conservadores vai no sentido da modernização, expansão e transformação que, em outra direção, restaura elementos estruturantes da sociedade colonial, embora em novas roupagens. Ocorre uma “modernização sem mudança”, uma “revolução-restauração”, inovações acompanhadas de conservações e permanências e, por isso, a consolidação da hegemonia dos conservadores e do Estado representam, igualmente, a consolidação da revolução passiva.

Posteriormente, a hegemonia dos conservadores e as bases do Estado começaram a desagregar-se. O início desse processo ocorreu quando os liberais voltaram ao poder no início da década de 1860 e o Império passou por um período de grandes turbulências. Na década de 1870 os conservadores voltaram ao poder e deram início à discussão de um conjunto de reformas que foram na direção da abolição. Mesmo que neste momento sua hegemonia já estivesse enfraquecida, mantinha-se o cenário de que era esse o grupo político capaz de realizar mudanças.

Tais transformações, entretanto, desta vez ocorreram em um cenário diverso daquele de meados do século. Neste último período elas foram realizadas em consonância com os interesses das classes dominantes, fazendo do Estado um defensor das pautas do setor agrário, porém no fim do Império as reformas em larga medida acabaram por confrontar-se com os desejos das camadas senhoriais que objetivavam postergar a escravidão. Embora a proposta fosse uma transição lenta e gradual, as classes dominantes em geral não tiveram acordo na maior parte do tempo.

Repare-se que as reformas da instituição escravista continuaram sendo feitas segundo uma dinâmica que pode ser apreendida analiticamente pela categoria da revolução passiva, foi preciso introduzir mudanças de forma que a escravidão acabasse evitando ou neutralizando a participação política ativa dos escravos; esta foi a intenção dos conservadores. No entanto, diferente da fase de consolidação da hegemonia dos conservadores e do Estado, agora essas reformas não foram encampadas pelas classes senhoriais que, conforme avançava o fim da escravidão, foram paulatinamente deixando de apoiar a Monarquia.

A estratégia da revolução passiva continuava, mas agora em desarmonia com os interesses dominantes e, por isso, em desagregação. Quando findou a escravidão, as bases econômicas e políticas do Estado estavam abaladas e distanciadas dos interesses de grupos importantes das classes dominantes e isto levou ao fim do Império, desfazendo a hegemonia conservadora e o arranjo da revolução passiva que deu relativa estabilidade política ao período.

Consideram-se incorretas as leituras que veem na política do intervalo uma expressão direta dos interesses das classes dominantes, assim como aquelas que atribuem uma autonomia absoluta à política e desconsideram o elemento econômico de sustentação do Estado. A consolidação do Estado através de uma hegemonia conservadora no interior das classes dominantes foi uma alternativa entre outras, ela só ocorreu graças à atuação singular dos Saqueiros.

Por fim, para o caso brasileiro é preciso pensar a revolução passiva nos marcos da presença das heranças coloniais. Um dos objetivos do artigo foi contribuir, ainda que modestamente, para o processo de nacionalização da categoria da revolução passiva, buscando demonstrar que, no caso específico da Independência e do Brasil Império, tal exercício não pode ser feito desconsiderando as condições de periferia da periferia, ou seja, da manutenção e reatualização mais ou menos permanente, ainda que sempre em novos marcos históricos, de determinações gerais da sociedade colonial.

A sociedade colonial, longe de não ter sido superada, foi permanentemente reafirmada através de transformações e modernizações com conteúdos sociais de restaurações. Nesse sentido, o artigo explicita como a permanência das determinações coloniais e escravistas confere particularidade à revolução passiva brasileira. Seja pelas semelhanças em relação ao *Risorgimento* ou pelas singularidades brasileiras, o objetivo foi aprofundar a discussão dos mecanismos da longa revolução passiva que se inicia com a Independência e atravessa o Império como forma de ampliar a incorporação da categoria para a análise da formação social brasileira.

Referências

- ALIAGA, L.; ARECO, S. Nacionalização imperfeita: o conceito de revolução passiva e a formação do Estado no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, e20200337, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.306>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Q4WqdBKwVXzDsGQKSxCFm7x>. Acesso em: 28 set. 2026.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. 4. ed. Turim: Einaudi, 2014. 4v.
- IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARINHO, P. Por uma leitura do Estado Imperial Brasileiro: os engenheiros em foco. *In*: SALLES, R. [org.]. *Ensaio gramscianos*: política, escravidão e hegemonia no Brasil Imperial. Curitiba: Prismas, 2017.
- MATTOS, I. R. *O tempo Saquarema*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista*: o Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SALLES, R. Apresentação. *In*: SALLES, R. [org.]. *Ensaio gramscianos*: política, escravidão e hegemonia no Brasil Imperial. Curitiba: Prismas, 2017a.
- SALLES, R. Segunda escravidão, liberalismo de classe e a matriz política imperial, c. 1815-1860. *In*: SALLES, R. [org.]. *Ensaio gramscianos*: política, escravidão e hegemonia no Brasil Imperial. Curitiba: Prismas, 2017b.
- VIANNA, L. W. *A revolução passiva*: Iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil [CAPES] – Código de Financiamento 001.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS**COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA**

ABNT: GOMES, R. B. Brasil Império como revolução passiva: uma análise gramsciana da formação, consolidação e desagregação do Estado. *Vértices [Campos dos Goitacazes]*, v. 28, n. 3, p. e28323669, 2026. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n32026.23669>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23669>.

APA: Gomes, R. B. [2026]. Brasil Império como revolução passiva: uma análise gramsciana da formação, consolidação e desagregação do Estado. *Vértices [Campos dos Goitacazes]*, 28(3), e28323669. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n32026.23669>

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Renato de Brito Gomes – Economista e Mestre em Serviço Social [UFRJ]. Doutorando (Serviço Social) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ] – Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: renatobritogomes@gmail.com.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

RBG: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise Formal; Aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Escrita – Rascunho Original; Escrita – Revisão e Edição.

FINANCIAMENTO

Os autores declararam que o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil [CAPES] – Código de Financiamento 001.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam não haver conflitos de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Os autores declararam que não há dados utilizados neste estudo depositados em repositório pelos autores.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Os autores declaram que o ChatGPT foi utilizado exclusivamente como ferramenta de revisão ortográfica e gramatical da língua portuguesa.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Este documento é protegido por Copyright © 2026 pelos Autores.

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.